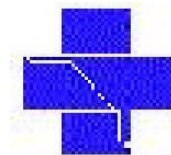




**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

**OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO
DOS DOCENTES E DISCENTES DE FONOAUDIOLOGIA
PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

Coordenação Nacional – Fábio José Delgado Lessa

Coordenação Regional Sudeste I/SP – Maria Teresa Pereira Cavalheiro

Coordenação Regional Sudeste II/BH – Ana Teresa B. O Britto

Coordenação Regional Sul – Denise Terçariol

Coordenação Regional Centro Oeste/Norte – Maione Maria Miléo

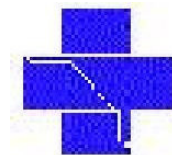
Coordenação Regional Nordeste - Gabriella Morais Duarte Miranda

RELATÓRIO FINAL

Julho de 2006



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

RELATORES

Ana Teresa B. O. Britto

Denise Terçariol

Gabriella Moraes Duarte Miranda

Liliane Desgualdo Pereira

Maria Cecília Bonini Trenché

Maria Teresa Pereira Cavalheiro

Paulo Eduardo Melo

Regina Yu Shon Chun

Renata Mota Mamede Carvalho

Renata Mancopes

Roberta Alvarenga Reis

Valentina Simioni Rodrigues

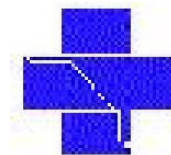
Vera Regina Vitagliano Teixeira

REDAÇÃO FINAL

Fernanda Dreux Miranda Fernandes



Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa



Sistema Único de Saúde
SUS

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FONOAUDIOLOGIA

CORPO DIRIGENTE DA ENTIDADE:

Presidente: Fernanda Dreux Miranda Fernandes (SP)

Vice-Presidente: Fabio José Delgado Lessa (PE)

1ª Diretora Científica: Beatriz Mendes (SP)

1ª Diretora Científica: Ana Luisa Gomes Pinto Navas (SP)

1º Secretário: Ieda Chaves Pacheco Russo (PE)

2ª Secretária: Zelita Ferreira Caldeira Guedes (SP)

1ª Tesoureira: Ana Paula Machado Goyano Mac-kay (SP)

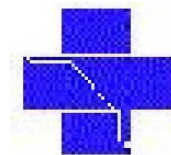
2ª Tesoureira: Ana Teresa Britto (MG)

JUSTIFICATIVA

Fazem parte dos objetivos institucionais da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, segundo seu estatuto social, em seu artigo 4º, parágrafo segundo “promover o desenvolvimento e aprimoramento do profissional em Fonoaudiologia, utilizando-se, para tanto, da realização de palestras, simpósios, cursos, reuniões, conferências, encontros e congressos, bem como mediante a edição de publicações, periódicos, abordando, invariavelmente, matérias de interesse das categorias profissionais abrigadas pela associação”. Dessa forma, cumpre a essa associação a iniciativa de promover ações como essas oficinas destinadas a aprimorar o processo de instrumentalização do Fonoaudiólogo para a atuação junto ao SUS.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2004, o Ministério da Saúde vem propondo a reorientação dos cursos de graduação da área de saúde, oferecendo cooperação técnica, operacional e financeira para que esses cursos possam fazer um trabalho articulado com a gestão, com os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a população. Tal responsabilidade tem definição constitucional e também da Lei Orgânica da Saúde (Brasil, 1990) que propõe estimular e ordenar a formação de trabalhadores em saúde.

O Departamento de Gestão da Educação na Saúde - Deges/ Sgtes/ MS, propõe que, para formar profissionais com o perfil que atenda as necessidades do SUS, os cursos de saúde precisam adequar sua abordagem pedagógica, favorecer a articulação dos conhecimentos e trabalhar pelo entendimento da atuação em equipes multiprofissionais, além de promover atividades práticas ao longo de todo o curso em todos os tipos de unidades de saúde. Assim, serão formados profissionais com competência geral e capacidade de resolutividade, essencial para a garantia da atenção integral e de qualidade à saúde da população.

Nesta perspectiva, o Departamento de Gestão da Educação na Saúde - Deges/Sgtes/MS promoveu o Seminário Aprender SUS, a fim de discutir a Integralidade como princípio estruturante na formação dos profissionais da área da saúde. Como participantes do evento e debatedores nos grupos de trabalho, estiveram presentes cerca de mil pessoas entre professores, estudantes, gestores e representantes dos movimentos sociais. Como resultado desse seminário foram apontadas estratégias para se atingir os objetivos descritos no Aprender SUS, tais como a capacitação e a sensibilização dos docentes.

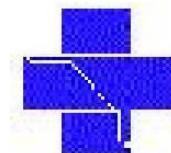
Destaca-se também a importância das universidades na orientação da política de formação de profissionais para o SUS e, prioritariamente, para atender às necessidades do usuário.

Para apoiar processos de mudança nas relações institucionais da educação superior, o Ministério da Saúde propôs o financiamento de projetos de educação permanente em saúde para o SUS (Brasil, 2004). Tais projetos poderiam incluir diferentes linhas de apoio - à capacitação pedagógica para docentes, preceptores, tutores e orientadores de serviço; à implantação de laboratórios para o desenvolvimento de práticas integradas e aprendizagem de técnicas profissionais com características de trabalho em equipe (multiprofissional e interdisciplinar) segundo a dimensão cuidadora nas ações profissionais; à ampliação de acervos bibliográficos e abertura de centros de documentação e à qualificação da infraestrutura para a diversificação dos cenários de prática.

Em relação à Fonoaudiologia, a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), vem participando do Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde (FNEPAS), que tem como agenda a discussão sobre políticas públicas de Saúde e Educação. Na área da Educação, o FNEPAS se propõe a discutir com o Ministério da Educação os seguintes temas:



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



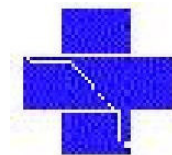
**Sistema Único de Saúde
SUS**

a reforma universitária, os desdobramentos da regulamentação das diretrizes curriculares nacionais, a implantação do SINAES, a proposição de diretrizes operacionais para a melhoria da qualidade do ensino superior no país, a regulamentação das Especializações/ Residências na área da Saúde, a construção de critérios e da política de abertura de novos cursos na área de saúde e a regulamentação de Lei Orgânica da Educação (Brasil, 1996).

A estruturação do FNEPAS possibilitou a elaboração de projetos das diferentes entidades que o compõem. Para atender à necessidade de introduzir discussões sobre a reorientação dos cursos de graduação, a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia articulou todos os cursos de Fonoaudiologia do Brasil e promoveu, com o apoio financeiro da Organização Pan Americana da Saúde e do Ministério da Saúde, um conjunto de eventos intitulado Oficina de Sensibilização de Docentes e Discentes de Fonoaudiologia para o Sistema Único de Saúde. Esse conjunto envolveu cinco oficinas regionais, que abordou a temática proposta a partir de contextos e experiências regionais específicas, e uma nacional, que sintetizou os resultados das anteriores.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

OBJETIVOS

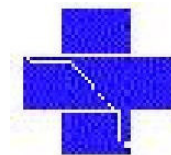
GERAL: Estimular competências nos docentes e discentes de Fonoaudiologia para refletir, articular e argumentar sobre a integralidade na atenção à saúde da população, na perspectiva da formação profissional em nível de graduação.

ESPECÍFICOS: Desenvolver habilidades para:

1. Refletir e argumentar ética e criticamente sobre a realidade do Sistema Único de Saúde - SUS;
2. Articular e sistematizar conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos para prática da profissão no SUS;
3. Analisar, elaborar e implementar serviços, projetos e programas em fonoaudiologia, vinculados ao SUS, para diferentes grupos populacionais;
4. Administrar situações novas, desconhecidas, inesperadas e problemáticas no contexto profissional no âmbito do SUS.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

MÉTODO

PARTICIPANTES:

Requisitos para inscrição e seleção: Para as oficinas regionais, os candidatos (docentes, discentes e preceptores) se inscreveram através da ficha disponível no site www.cpqam.fiocruz.br/oficinasussbfa e foram selecionados segundo critérios que incluíam avaliação curricular e narrativa crítica-reflexiva da trajetória na Fonoaudiologia. Para a oficina nacional, foram eleitos delegados entre os participantes das oficinas regionais.

Número de Vagas: total de 600 vagas (500 para docentes e 100 para discentes) nas 5(cinco) oficinas regionais – Sudeste I e II, Nordeste, Sul, Centro-oeste e Norte, e 1(uma) oficina nacional.

CARACTERIZAÇÃO DOS EVENTOS

Carga horária: 24 horas para as oficinas regionais e 16 horas para a nacional.

Regime e duração:

Os eventos foram oferecidos de forma integral, por 3 dias consecutivos (quinta, sexta e sábado) nas oficinas regionais e 2 dias consecutivos (sexta e sábado) para a oficina nacional.

Local de realização das oficinas:

Oficina Sudeste I: Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, SP

Oficina Sudeste II: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Belo Horizonte, MG

Oficina Sul: Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, SC

Oficina Centro-oeste e Norte: Universidade Católica de Goiás – UCG, Goiânia, GO

Oficina Nordeste: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Recife, PE

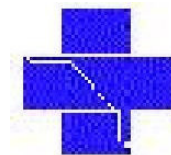
METODOLOGIA

A metodologia adotada foi baseada em técnicas facilitadoras com perguntas condutoras e uso de material de consulta para aprofundamento das discussões. Para alcançar os objetivos propostos, foi definida a necessidade de debate a respeito de três temas:

1. Política de Recursos Humanos para Sistema Único de Saúde – SUS
2. Integralidade
3. Projeto Pedagógico e Diretrizes Curriculares



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

As Oficinas Regionais foram estruturadas em três momentos:

1. Aquecimento, a partir de palestras sobre cada um dos temas.
2. Discussões em grupo para construção de propostas, com a presença de um facilitador por grupo, para a condução dos trabalhos.
3. Plenárias

Nas oficinas regionais, os participantes tiveram oportunidade de conversar e compartilhar idéias também durante os intervalos – café com prosa e almoço – que aconteceram nos locais de realização dos eventos.

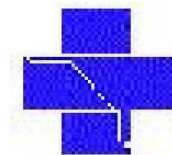
Ao final dos três dias de debates em cada oficina regional, foi construído um relatório de seus resultados e foram eleitos os delegados para a Oficina Nacional. A Oficina Nacional, por sua vez, foi estruturada em cinco momentos:

1. Socialização dos resultados das Oficinas Regionais
2. Encontro dos coordenadores, facilitadores e delegados por região: leitura e discussão do relatório final da Oficina Regional e relato dos impactos já identificados nas Instituições de Ensino Superior (IES)
3. Trabalho em grupo com representantes das cinco oficinas regionais: síntese dos resultados dos eixos “Políticas de Recursos Humanos” e “Integralidade”
4. Trabalho em grupo com representantes das cinco oficinas regionais: síntese dos resultados do eixo “Projeto Pedagógico”
5. Plenária

A Oficina Nacional contou com a participação de 6 coordenadores regionais, e um regional, facilitadores e delegados das diferentes regiões do país. O produto final desse trabalho possibilitou a consolidação dos resultados das oficinas regionais e a elaboração de um documento nacional que sintetiza os temas abordados e pode direcionar os futuros debates a respeito de processos de aperfeiçoamento curricular de cursos de Fonoaudiologia brasileiros, na perspectiva do SUS.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

Foram realizadas cinco Oficinas Regionais e uma Oficina Nacional:

1. Sudeste I – SP: Campinas de 2 a 4 de fevereiro de 2006

Coordenação Regional: Maria Teresa Pereira Cavalheiro

Facilitadoras:
Emilse Aparecida Merlin Servilha
Luciana Tavares Sebastião
Maria Aparecida Miranda de Paula Machado
Maria Cecília Bonini Trenche
Regina Yu Shon Chun
Roberta Alvarenga Reis

2. Sudeste II: Belo Horizonte de 9 a 11 de março de 2006

Coordenação Regional: Ana Teresa Britto

Facilitadoras:
Andréa Wanderley Gattoni
Claudia Gonçalves Carvalho Barros
Denise Brandão

3. Sul: Itajaí de 27 a 29 de abril de 2006

Coordenação Regional: Denise Terçariol

Facilitadoras:
Bárbara Niegia Garcia de Goulart
Stella Maris Brum Lopes
Valentina Simioni Rodrigues

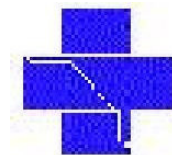
4. Centro Oeste – Norte: Goiânia de 04 a 06 de maio de 2006

Coordenação Regional: Maione Maria Miléo

Facilitadoras:
Sílvia Maria Ramos
Luciana Alves Antonio Machado



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

5. Nordeste: Recife de 18 a 20 de maio de 2006

Coordenação Regional: Gabriella Morais Duarte Miranda

Facilitadoras:
Bianca Queiroga
Ana Paula Corona
Silvia Ferrite Guimarães
Maria Luiza Lopes Timóteo de Lima

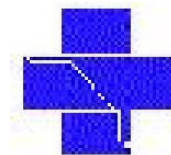
6. Oficina Nacional: São Paulo 23 e 24 de junho de 2006

Coordenação: Kátia de Almeida

Facilitador: Paulo Eduardo Melo



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

RESULTADOS

TEMÁTICA ABORDADA

Eixo I: FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SUS

INTRODUÇÃO:

A política de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde é tema desde 1986 quando ocorreu, paralelamente à VIII Conferência Nacional de Saúde, a I Conferência Nacional de Recursos Humanos em Saúde. No entanto, somente no ano de 2000, após da 11ª Conferência Nacional de Saúde, foram aprovados os princípios e diretrizes para a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS (NOB-RH/SUS).

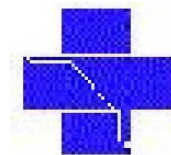
Para CECCI M e FEUERWERKER (2004) as Instituições de Ensino Superior têm se mantido impermeáveis ao controle social oficial do setor quanto à formação e gestão de trabalho. Foi identificada, há longo tempo, a necessidade de se promover mudanças na formação profissional para aproximá-las dos conceitos ampliados de saúde, ação intersetorial, integralidade e atenção (Deges/ Sgtes/ MS, 2004). Nesse sentido, os desafios centrais para o ensino superior brasileiro compreendem a formulação de uma política que considere a totalidade do sistema e, ao mesmo tempo, consiga dialogar com as diferentes vocações das instituições, de acordo com MARTINS, 2000.

A reflexão sobre o assunto foi possibilitada levando-se em consideração o cenário que se estabelece entre o profissional de saúde e o usuário, sob a condição de relação humanizada, além das articulações com leis, portarias e recomendações do Ministério da Educação e da Saúde.

Considerou-se o contexto político, educacional, cultural, econômico, social entre o profissional de saúde (“cuidador”), sob a condição de relação humanizada, e a pessoa do usuário, e discorreu-se a respeito das portarias, resoluções e leis que enfocam de maneira mais funcional as Políticas de Recursos Humanos, evidenciando, principalmente, a Fonoaudiologia. Nesta área, foram salientadas, as Diretrizes Curriculares Nacionais, de 2002, para os Cursos de Graduação em Fonoaudiologia, apontando a formação generalista, humanista, reflexiva e crítica que deve atender ao sistema de saúde vigente no país. Foram apresentadas visões históricas relacionadas à Política de Recursos Humanos, anterior às determinações da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição estabelece que “compete ao Sistema Único de Saúde, ordenar a formação de recursos humanos em saúde”, o que fornece bases legais para a mobilização atual. Dentre outras propostas foram apontadas a NOB-RH/ SUS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS) e a Política Nacional de Gestão do



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

Trabalho e da Educação na Saúde para o SUS, definida pela Resolução 333/ 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

Com o objetivo de aprofundar o debate sobre esta política foi realizada, em março de 2006, a III Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, que tratou de temas relevantes como a valorização do trabalho, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, a profissionalização da gestão, mesa permanente de negociação, entre outros.

Para implementação desta política, estruturou-se, no atual governo, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). Como integrante desta secretaria, o Departamento de Educação na Saúde (DEGES) tem sido responsável pela definição de projetos, que tenham impacto nas mudanças no processo de formação dos profissionais do Ensino Superior, como o Aprender SUS, que disponibilizou financiamento para oficinas como esta e possibilitou a instituição do FNEPAS (Fórum Nacional de Educação das Profissões da Área da Saúde). Foram apresentados esclarecimentos sobre as características do Projeto da Oficina de Sensibilização de Docentes e Discentes da Fonoaudiologia para o SUS.

Nos trabalhos em pequenos grupos, durante as oficinas regionais, foi discutido o levantamento dos problemas (diagnóstico), das causas (determinantes) e desafios (propostas de intervenção) a serem enfrentados para o aprimoramento da formação do profissional fonoaudiólogo. Foram aplicadas técnicas facilitadoras do processo pedagógico com o objetivo de auxiliar a reflexão individual e grupal, sendo debatido verticalmente e em profundidade cada item estabelecido.

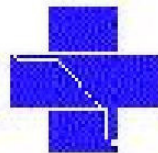
Pensando na Política de Formação de Recursos Humanos para o SUS, as Plenárias para apresentação de propostas foi o momento de síntese dos trabalhos, coordenadas pelas facilitadoras.

O resultado das plenárias das cinco oficinas regionais, debatidos na oficina nacional, no eixo de recursos humanos, destacaram a importância de reflexão dos seguintes aspectos, por todos os atores envolvidos (Ministérios da Educação e da Saúde, IES, associações de classe, profissionais inseridos na Rede, gestores públicos), na formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde:

- Formação profissional e educação continuada e permanente em saúde, de acordo com realidade social do país e os princípios filosóficos e operacionais do SUS.
- Formação continuada e permanente dos atores envolvidos – docentes, discentes, profissionais de saúde, usuários e gestores, baseada em metodologias ativas que priorize um conceito ampliado de saúde.
- Atuação junto ao Pólo de Educação Permanente construindo parceria entre IES e serviços para capacitação, ensino, pesquisa, extensão e assistência.
- Participação das IES na construção e efetivação das políticas públicas.
- Socialização do conhecimento sobre Saúde Coletiva em Fonoaudiologia.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

- Participação do fonoaudiólogo na articulação de ações entre gestores, IES, serviços e colegiados de controle social para o desenvolvimento das políticas de RH.
- Desenvolvimento de políticas de contratação coerentes com as necessidades da população e critérios epidemiológicos loco-regionais.
- Definição política de seleção e contratação de fonoaudiólogos nos serviços de saúde e estabelecimento de critérios para planos de carreira.
- Parcerias político-participativas em programas que promovam o intercâmbio entre as IES e os três setores – poder público, empresas e entidades civis.
- Implantação de sistemas de avaliação e monitoramento das práticas dos profissionais de saúde, construindo indicadores de eficácia e efetividade.
- Reflexão a respeito do papel social do profissional, no ensino e assistência, levando em conta as realidades sócio-culturais.
- Convivência do estudante com diferentes realidades sócio-culturais.
- Reflexão crítica sobre os aspectos de cidadania em todos os níveis da educação.
- Formação para a gestão em saúde
- Remuneração dos docentes em atividades de pesquisa e extensão nas IES em que não há previsão de recursos para tais finalidades.
- Parceria entre gestores, profissionais, docentes/ pesquisadores e usuários para a organização de bancos de dados, a fim de gerar rede de informação e de comunicação, de modo a subsidiar o planejamento de ações em saúde de acordo com necessidades dos usuários e dos profissionais da saúde.
- Inserção do egresso dos cursos de Fonoaudiologia no Programa de Residência Multiprofissional do Ministério da Saúde.

Eixo II: INTEGRALIDADE

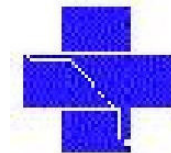
INTRODUÇÃO:

CECCI e FEUERWERKER (2004:1400) afirmam que “... uma das áreas menos problematizadas até hoje na formulação de políticas do SUS é a da formação.” Estes autores evocam a importância da discussão da integralidade como eixo norteador da formação dos profissionais de saúde com implicações na atuação nos serviços, na atenção à saúde da comunidade e nas propostas curriculares.

Eles referem que há consenso entre os críticos da educação dos profissionais de saúde quanto a considerar que a formação hegemônica centra-se em uma perspectiva biologizante e reducionista, em que os conteúdos são organizados de forma compartimentalizada e estanque. Acrescentam que se observam práticas assistencialistas e educativas que não alcançam o



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

ideário da integralidade tanto na compreensão integral do sujeito como no desenvolvimento de ações integrais.

Para pensar sobre essa temática, vale começar, como MATTOS (2001), indagando “o que é integralidade?”. Para este autor, poder-se-ia dizer: “numa primeira aproximação, que é uma das diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde, instituído pela Constituição de 1988. De fato, o texto constitucional não utiliza a expressão integralidade; ele fala em “atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais” (BRASIL, 1988, art. 198). Mas o termo integralidade tem sido utilizado correntemente para designar exatamente essa diretriz.” (op. cit. p. 39).

O próprio autor acrescenta que integralidade não apenas é uma diretriz do SUS definida constitucionalmente, mas também uma “bandeira de luta”, que implica em certas características do sistema de saúde, de suas instituições e de suas práticas, que são consideradas, por alguns, desejáveis. Para ele, a integralidade abarca um conjunto de valores, pelos quais vale a pena lutar por se relacionar em ao ideal de uma sociedade mais justa e solidária.

Assim, como indicam PINHEIRO e LUZ (2003:17): “o agir cotidiano nas instituições de saúde configura-se como um *sitium* privilegiado de estudos e construção da integralidade”.

Para contribuir com a reflexão e discussão sobre a integralidade como eixo norteador das diretrizes curriculares em Fonoaudiologia foi discutido o tema da Integralidade na Formação em Saúde - a atenção e o cuidado, tratando-a como um princípio legal, ou seja, como “um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema” (Pinheiro, 2006).

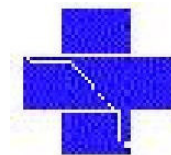
O cuidado é entendido como “uma ação integral, que tem significados e sentidos voltados para se compreender a saúde como o direito de ser. É tratar, respeitar, acolher, atender o ser humano em seu sofrimento. É o “entre-relações” das pessoas. Ou seja, ação integral como efeitos e repercussões de interações positivas entre usuários, profissionais e instituições, que são traduzidas em atitudes, tais como tratamento digno respeitoso, com qualidade, acolhimento e vínculo” (Pinheiro, op.cit.).

A mesma autora aborda duas vertentes na gestão de redes de serviços de saúde e incorporação de novas tecnologias assistenciais: (i) a expansão, organização e qualificação da Atenção Básica e (ii) o fortalecimento da capacidade de gestão.

Foi proposto que a integralidade pode ser entendida no sentido mais ampliado de sua definição legal, ou seja, como uma ação social que resulta da interação democrática entre os sujeitos no cotidiano de suas práticas na relação demanda e oferta no cuidado de saúde, nos diferentes níveis de atenção do sistema”. Considerou-se aspectos fundamentais para se pensar a integralidade na formação: pensá-la como “importante eixo organizativo-teórico-metodológico



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

de práticas de ensino locais em saúde” e entender o cuidado como o necessário encontro dialógico da ação em saúde (Pinheiro, op.cit.).

Foi apontada a importância de se pensar criticamente na função social das instituições universitárias e de saúde para garantir a produção de conhecimento. Destacou-se que “a saúde é um campo que não é privativo de nenhum núcleo profissional, mas de uma equipe de profissionais que se responsabilizam e respondem às demandas das pessoas em suas necessidades em DEFESA DA VIDA” (Pinheiro, op.cit.).

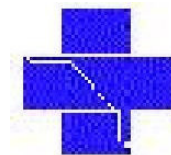
Essas propostas trouxeram importantes subsídios para discussão dos pequenos grupos sobre essa temática.

As reflexões produzidas nas discussões a respeito do eixo da Integralidade identificaram vários temas para aprofundamento por todos os atores envolvidos (Ministérios da Educação e da Saúde, IES, associações de classe, profissionais inseridos na Rede, gestores públicos), que estão sintetizados a seguir:

- Transformação de paradigmas em relação ao conhecimento e às formas de atuar nos serviços de saúde, instaurando a perspectiva dialógica dos atores envolvidos na formação e na práxis, valorizando a abordagem humanista e respeitando as características loco-regionais em prol da integralidade na atenção à saúde.
- Implantação do modelo assistencial de integralidade nos serviços com a articulação do quadrilátero: Instituição de Ensino Superior (docente-discente), serviço, gestão e usuário.
- Ações de educação continuada e permanente, na perspectiva da integralidade, organizadas por entidades científicas e IES, com apoio dos Ministérios de Saúde e Educação, de órgãos de fomento e outros.
- Integração profissional envolvendo as diferentes áreas de especialidades da Fonoaudiologia nas ações de saúde.
- Formação para a atuação em equipes multiprofissionais com visão inter/transdisciplinar nos três setores (governo, empresas e entidades civis), possibilitando a ampliação da participação da Fonoaudiologia na implementação articulada da organização dos serviços, desde a atenção básica até as ações de alta complexidade, sob o eixo da integralidade.
- Participação das IES, entidades representativas e profissionais da Fonoaudiologia nas instancias de controle social.
- Organização de serviços buscando a horizontalização das relações humanas no processo de trabalho e a articulação dos níveis de atenção.
- Criação, implementação e desenvolvimento de políticas de atenção à saúde no âmbito da Integralidade, reafirmando a saúde como direito de todos.
- Articulação permanente entre ações intersetoriais na atuação fonoaudiológica de acordo com as demandas locais / regionais
- Gestão eficiente, estratégica e centrada no usuário.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

- Participação de fonoaudiólogos em programas interdisciplinares de educação em saúde que contemplem o princípio da integralidade.

Eixo III: PROJETOS PEDAGÓGICOS E DIRETRIZES CURRICULARES

INTRODUÇÃO:

O projeto de formação de cada área da saúde, em cada período histórico, é sempre o resultado de uma dada conformação tecnológica, orientada pelas políticas de saúde e de educação expressas nas ações dos serviços de atenção à saúde, na lógica de gestão do sistema de saúde, nos modos de participação dos usuários, na gestão acadêmica dos processos de ensino e práticas pedagógicas.

Desse modo, pode-se dizer que, por quatro décadas, a formação de fonoaudiólogos, tal como ocorreu nas demais profissões da saúde, esteve orientada por uma visão liberal e autônoma do trabalho clínico com ênfase na reabilitação.

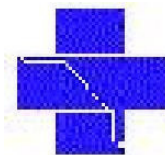
O ensino de graduação, nesse modelo tradicional de formação, muitas vezes centrou-se em conteúdos organizados de modo compartimentalizado e hierarquizado, fragmentando as práticas profissionais em especialidades da clínica fonoaudiológica, dissociando o ensino das disciplinas básicas das profissionalizantes. Frequentemente as estratégias de ensino-aprendizagem de transmissão de conhecimentos, com predomínio de aulas expositivas, por vezes contando com pouca diversificação dos cenários de aprendizagem, com os estágios curriculares realizados predominantemente no final da formação em clínicas-escolas, não oferecem a abrangência desejável à formação profissional.

A pesquisa científica na área da Fonoaudiologia, orientada pela lógica da evidência e eficácia dos procedimentos clínicos, impulsionou o desenvolvimento de tecnologias e especialidades. Essa preocupação com a sofisticação dos procedimentos e do conhecimento técnico para o diagnóstico e tratamento planejados a partir do referencial técnico-científico acumulado pelos docentes em suas respectivas áreas de especialidade ou dedicação profissional fomentou e foi fomentada pela busca de expansão e consolidação de campos de atuação, fazendo com que os fonoaudiólogos se dedicassem integralmente às suas especialidades.

A Constituição de 1988 atribuiu ao SUS o ordenamento da formação de profissionais da área da saúde, legitimando sua intervenção e papel na orientação da formação em consonância com as diretrizes e princípios constitucionais da saúde, papel reafirmado pela Lei Orgânica da Saúde (LOS), documento que ressalta, também, que os serviços públicos que integram o SUS constituem-se campos de prática para o ensino e a pesquisa, mediante normas específicas, elaboradas conjuntamente com o sistema educacional (CN, artigo 200; LOS, artigos 13, 15 e 27).



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

Em vigor, as leis de Diretrizes e Bases do Ensino Superior colocaram em debate as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação, importante passo para assinalar como política a necessidade de produzir mudanças no processo de formação profissional em todos os cursos da área da saúde.

Em Fevereiro de 2002, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia, após um longo período de discussão, substituindo o assim chamado Currículo Mínimo.

As diretrizes dos cursos de Fonoaudiologia definem princípios, fundamentos, condições e procedimentos para a formação de fonoaudiólogos, fundamentados em um perfil de um profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo, capacitado para a atuação pautada em princípios éticos no campo clínico-terapêutico e preventivo das práticas fonoaudiológicas (BRASIL, 2002).

Segundo o item I do artigo 4º, os fonoaudiólogos formados dentro deste perfil devem “estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo”.

Compreende-se que ter formação generalista significa estar apto a diagnosticar e tratar a maioria dos problemas prevalentes do campo fonoaudiológico em cada região do país, com competência para lidar com indicadores epidemiológicos e qualitativos próprios da assistência às pessoas e promover as práticas de vigilância em saúde.

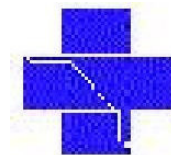
A formação do fonoaudiólogo, de acordo com o texto das Diretrizes, deve contemplar o sistema de saúde vigente no país, o trabalho em equipe e a atenção integral à saúde. Ainda de acordo com item I “Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/ bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo”.

O texto assinala desse modo que a formação do fonoaudiólogo deve se centrar nas necessidades individuais e coletivas da população que participa das ações e serviços de saúde, isto é, devem assegurar plena atenção às necessidades das pessoas.

A articulação entre o sistema de saúde e a formação do ensino superior, inter-relacionando diretrizes e os objetivos do SUS e diretrizes curriculares nacionais para a grande área da saúde, assinala a importância da vinculação entre educação, trabalho e práticas sociais e constituem referências para a construção de perfis profissionais futuros.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

Nessa perspectiva, os Ministérios da Saúde e Educação em busca de criar condições mais favoráveis às mudanças que devem ser construídas pelas IES em articulação com o sistema de saúde vem realizando algumas iniciativas, apoiando Projetos como este, ora proposto, que visa subsidiar reflexões e proposições de novos projetos políticos pedagógicos de formação de profissionais da área da Fonoaudiologia.

A Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia assumindo seu importante papel na produção de conhecimentos e formação política e técnico-científica dos profissionais da área, entendendo que mudanças conceituais e de prática profissional demandam discussões coletivas aprofundadas, convocou docentes, preceptores, profissionais e estudantes para debater questões e caminhos a serem trilhados.

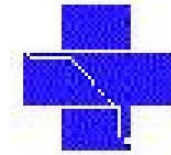
Apresentamos a seguir os resultados desse diálogo profícuo sintetizado por algumas propostas a serem destacadas nas agendas das Instituições de Ensino Superior, resultantes das discussões realizadas pelos participantes da Oficina Sudeste e que deverão ser levadas para a Oficina Nacional.

Os resultados das discussões no eixo do Projeto Pedagógico envolveram a reflexão a respeito das ações que podem ser desenvolvidas por todos os atores envolvidos (Ministérios da Educação e da Saúde, IES, associações de classe, profissionais inseridos na Rede, gestores públicos), em diversos sentidos, destacando-se:

- Estudo dos conceitos teóricos e metodológicos do SUS como paradigma que norteia a análise das propostas contidas nas diretrizes curriculares nacionais a fim de aprimorar o projeto pedagógico.
- Espaço para a compreensão e a reflexão acerca da Integralidade como fundamento para as mudanças na graduação e consolidação do SUS
- Reflexão coletiva a respeito do projeto pedagógico, garantindo o atendimento às necessidades loco-regionais.
- Educação permanente do corpo docente e discente para uma atuação política, integrada visando à implementação das diretrizes do SUS.
- Parcerias, no âmbito do SUS, entre IES, conselhos de saúde e outras instâncias de articulação, visando sua integração com os serviços de saúde e a formação e capacitação profissional.
- Compromisso das IES com o diálogo permanente entre gestores, profissionais da saúde, e usuário, definindo o seu papel enquanto ator SUS e a responsabilidade do poder público.
- Inclusão de conteúdos e práticas de Planejamento e Gestão em Saúde como eixo transversal do projeto pedagógico para desenvolver habilidades e competências nessa área.
- Inserção do aluno, desde o primeiro ano, nas ações coletivas, nos diferentes cenários de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão, ampliando as competências e habilidades do fonoaudiólogo na atenção integral a saúde, planejamento e gestão.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**

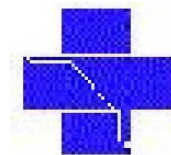


**Sistema Único de Saúde
SUS**

- Discussões, inter e transdisciplinares sobre as concepções de saúde que fundamentam as atuais políticas públicas garantindo que estas perpassem todo processo de formação profissional.
- Formação contextualizada e interdisciplinar nas práticas de ensino, pesquisa e extensão.
- Práticas multiprofissionais que garantam a assistência integral aos usuários do sistema de saúde.
- Construção do conhecimento e raciocínio crítico-reflexivo fundamentado na humanização, acreditação e integralidade.
- Mudança de paradigma, quando necessário para propiciar a aprendizagem significativa e evitar a fragmentação.
- Processo contínuo de reflexões sobre o perfil profissional do fonoaudiólogo.
- Desenvolvimento de competências e habilidades, em cada disciplina da matriz curricular, contemplando os níveis de cuidado e gestão da saúde.
- Critérios de avaliação contínua dos processos de implantação de projetos pedagógicos.
- Metodologias ativas de formação em saúde.
- Formas de avaliação do discente coerentes com as mudanças promovidas pelo projeto pedagógico.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

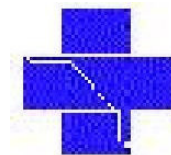
IMPACTOS PÓS – OFICINAS REGIONAIS

A programação da Oficina Nacional inclui um período de encontro dos delegados, por região, para apresentação da síntese dos eixos e identificação de impactos nas IES a partir das oficinas regionais. Os relatos obtidos estão descritos abaixo:

- Sensibilização acerca da necessidade de discutir sobre saúde pública.
- Realização de Jornada Acadêmica, Simpósios, Encontro e outros eventos com o tema Saúde Coletiva.
- Reformulação de Projeto Pedagógico de Curso, contemplando a saúde pública: inserção de novas disciplinas e novos conteúdos sobre Saúde Coletiva.
- Mudança no perfil de docentes: mobilização para atualização e pesquisa.
- Maior diálogo sobre o SUS por parte do corpo docente e do movimento estudantil.
- Melhor compreensão da necessidade de construção do Projeto Pedagógico do curso.
- Aumento do interesse dos docentes e discentes em participar da elaboração e compreensão do PPC.
- Maior preocupação com a formação humanista do discente.
- Aumento do privilégio do assunto em atividades práticas, estágios tanto na graduação quanto na pós-graduação.
- Reforço no planejamento dos estágios em convênio com o SUS.
- Incentivo a trabalhos interdisciplinares e intercursos, abordando a saúde coletiva.
- Mobilização da comunidade acadêmica: os participantes relataram que esperavam transmissão de conhecimento durante as oficinas, mas que vivenciaram a experiência da construção e intercâmbio de conhecimentos, o que consideraram um grande impacto na sua visão da academia.
- Início de trabalhos de sensibilização nas IES, observa-se maior espaço para a discussão de questões ligadas à saúde coletiva / pública.
- Abertura para outras formas de fazer ensino pesquisa e extensão, utilizando metodologias que antes estavam pouco utilizadas pelas IES.
- Maior aproximação dos cursos, especialmente da área da saúde nas IES, buscando tentativas de desenvolvimento de trabalhos (FIMESS).
- Maior aproximação dos cursos de Fonoaudiologia com gestores municipais, estaduais e federais, buscando ampliar a inserção da Fonoaudiologia nas políticas públicas vigentes (principalmente ligadas aos distúrbios da comunicação humana).
- Diretórios acadêmicos estão buscando maior aproximação com os acadêmicos e disseminação das vivências nas atividades de oficina.
- Busca de novas abordagens que ampliem a efetividade de atuação interdisciplinar.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**

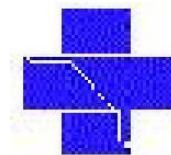


**Sistema Único de Saúde
SUS**

- Semanas acadêmicas já estão ampliando espaços para reflexão e discussão de questões ligadas à saúde pública coletiva.
- Maior ênfase no eixo da integralidade na formação dos acadêmicos da saúde, buscando mais espaços de discussão e interlocução com as outras áreas ligadas a área da saúde.
- Ampliação da carga horária disponível para conteúdos ligados a saúde pública coletiva na graduação.
- Retomada das discussões acerca do período da formação na graduação mais propício para contato com tais questões.
- A vivência dos docentes e discentes na oficina de sensibilização regional proporcionou “movimentos” no cotidiano das atividades acadêmicas.
- Ampliação da interlocução com os profissionais fonoaudiólogos que atuam nos serviços públicos da região de abrangência das IES.
- Elaboração e encaminhamento de projeto conforme orientações do fornecidas durante as palestras.
- Contratação de docente com vistas à implementação de ações voltadas à saúde coletiva.
- Envolvimento de participantes da Oficina Regional na formação de chapa candidata à eleição para diretoria de associação profissional.
- Programação do processo para dar andamento à Reformulação Curricular do projeto pedagógico do Curso de Fonoaudiologia.
- Maior interesse pela área de Saúde Coletiva por parte dos docentes, discentes de graduação e pós-graduação.
- Maior interesse em desenvolver trabalhos de conclusão de curso na área de Saúde coletiva.
- Programação de evento científico com o tema Fonoaudiologia e Saúde Coletiva.
- Contato com o Pólo de Educação Permanente em Saúde para parceria em Oficina de Sensibilização para Docentes e Discentes e profissionais que atuam no SUS, enfocando aspectos discutidos na Oficina Regional. Num segundo momento, planeja-se realizar um fórum de debate com a participação dos gestores e usuários.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

REFERÊNCIAS

Ayres JRCM. Sujeito, Intersubjetividade e Práticas de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6 (1): 63-72, 2001.

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia 2002. Publicado no Diário Oficial da União em 04 de março de 2002. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/0502Fonoaudiologia.pdf> . Acessado em julho de 2006.

Brasil. Portaria Interministerial 2.101 de 03 de novembro de 2005. Institui o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde – para os cursos de graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia. Disponível em <http://www.in.gov.br/materias/xml/do/secao1/1814387.xml>. Acessado em julho de 2006.

Brasil. Portaria Interministerial 2.118 de 03 de novembro de 2005. Institui parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde para cooperação técnica na formação e desenvolvimento de recursos humanos na área da saúde. Disponível em <http://www.in.gov.br/materias/xml/do/secao1/1816033.xml>. Acessado em julho de 2006.

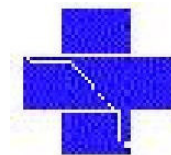
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão no Trabalho e Atenção na Saúde. Departamento de Gestão e Educação na Saúde. AprenderSUS – O SUS e os cursos de Graduação na área da saúde. Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_aprender_sus.pdf . Acessado em julho de 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão no Trabalho e Atenção na Saúde. Departamento de Gestão e Educação na Saúde. EducarSUS – Notas sobre o Desempenho do Departamento de Gestão da Educação na Saúde no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. Disponível em http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/04_0815_M.pdf . Acessado em julho de 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão no Trabalho e Atenção na Saúde. Departamento de Gestão e Educação na Saúde. A Trajetória dos Cursos de Graduação na Saúde de 1991 a 2004 - Fonoaudiologia. v.7. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Fonoaudiologia.pdf> . Acessado em julho de 2006.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

Campos FE et al. Caminhos para Aproximar a Formação de Profissionais de Saúde das Necessidades da Atenção Básica. Rev Bras Educ Médica, 25 (2): 54-9, 2000. Disponível em <http://www.abem-educmed.org.br/rbem/index.htm>. Acessado em julho de 2006.

Ceccim RB. Mudar a Graduação para Construir a Integralidade em Saúde. Disponível em <http://portalweb02.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aprendersus2.pdf> . Acessado em julho de 2006.

Martins CB. O Ensino Superior Brasileiro nos Anos 90. São Paulo Perspec, 14 (1):41-60, 2000.
Costa AM. Integralidade na Atenção e no Cuidado a Saúde. Saúde e Sociedade, 13 (3): 5-15, 2004.

Mattos RA. Os Sentidos da Integralidade: algumas reflexões acerca de valores que merecem ser defendidos. Disponível em <http://www.lappis.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>. Acessado em julho de 2006.

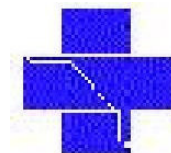
Mattos R. Integralidade como Eixo de Formação dos Profissionais da Saúde [editorial]. Rev Bras Educ Médica, 28 (2): 91-2, 2004. Disponível em <http://www.abemeducmed.org.br/rbem/index.htm>. Acessado em julho de 2006.

Pinheiro R. As Práticas do Cotidiano na Relação Oferta e Demanda dos Serviços de Saúde: um campo de estudo e construção da integralidade. Disponível em <http://www.lappis.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3#32>. Acessado em julho de 2006.

Pinheiro, R. conferência apresentada nas Oficinas de Sensibilização de Docentes de Fonoaudiologia para o SUS. Disponível no site : www.cpqam.fiocruz.br/oficinasus/bfa. 2006.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

ANEXOS

I. EDITAL

OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO DOS DOCENTES E DISCENTES DE FONOAUDIOLOGIA PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, por meio deste Edital, estabelece as Normas para o processo de seleção de candidatos para as **Oficinas de sensibilização de docentes e discentes de Fonoaudiologia para o Sistema Único de Saúde.**

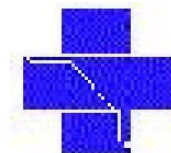
1. Público alvo, número e distribuição de vagas:

- Poderão inscrever-se:
- os candidatos que forem encaminhados pelas instituições demandantes, totalizando 600 vagas (500 para docentes e 100 para discentes). Para a oficina nacional, os participantes serão eleitos pelas oficinas regionais.

Oficinas Regionais	Data	Total de Vagas Docentes - Discentes	Local
Primeira Oficina Regional (Campinas-SP)	02, 03 e 04 02/2006	180 = 150 – 30	PUC- Campinas
Segunda Oficina Regional (Belo Horizonte-MG)	09, 10 e 11 03/2006	180 = 150 – 30	PUC – MG – Belo Horizonte
Terceira Oficina Regional (Goiânia-GO)	16, 17 e 18 03/2006	50 = 40 – 10	Universidade Católica de Goiás – Goiânia
Quarta Oficina Regional (Recife-PE)	06, 07 e 08 04/2005	105 = 85 – 20	Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães
Quinta Oficina Regional (Itajaí-SC)	27, 28 e 29 04/2006	85 = 75 – 10	UNIVALI – Itajaí
Oficina Nacional (São Paulo)	19 e 20 05/2006	120 = 100 – 20	Santa Casa - SP



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

2. Carga horária e Cronograma:

Estas oficinas terão duração de 24 horas, ocorrendo nas quintas feiras, sextas feiras e sábado, no caso das regionais. No caso na Nacional, ocorrerá na sexta e sábado, com carga horária de 12 horas.

4. Inscrição:

4.1 Período:

Oficinas Regionais Período de Inscrição

Primeira Oficina Regional (Campinas-SP)	14.11.2005 a 14.01.2006
Segunda Oficina Regional (Belo Horizonte-MG)	14.11.2005 a 18.02.2006
Terceira Oficina Regional (Goiânia-GO)	14.11.2005 a 25.02.2006
Quarta Oficina Regional (Recife-PE)	14.11.2005 a 15.03.2005
Quinta Oficina Regional (Itajai-SC)	14.11.2005 a 01/ 04/2006

4.2. Procedimento:

Cada candidato deverá efetivar sua inscrição na internet, através do preenchimento da ficha de inscrição e do currículo modelo disponível no site. Os candidatos que dispõem de currículo Lattes deverão registrar no site que possui, não sendo necessário enviar por e-mail, nem correios. O candidato que possuir o currículo Lattes, não precisará preencher o currículo modelo disponível no site: www.cpqam.fiocruz.br/oficinasussbfa. Não será necessário envio de documentação comprobatória.

Na ficha de inscrição, o candidato deverá se inscrever na oficina correspondente ao estado onde se localiza a sua instituição de ensino. Só será possível se inscrever numa oficina e representando uma instituição de ensino.

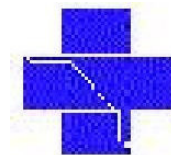
Caso o número de inscritos seja maior que a oferta de vagas, a coordenação geral enviará para os inscritos, a necessidade de enviar para e-mail (oficinafonosus@yahoo.com.br), a narrativa crítica e reflexiva, no prazo máximo de 3 dias após a notificação.

Documentos exigidos caso haja necessidade de seleção:

Narrativa crítica e reflexiva de sua trajetória na Fonoaudiologia em até 2.000 caracteres com espaços, letra Arial 11, espaçamento entre linhas 1,5, margens esquerda-direita-superior-inferior de 2,5cm, em papel A4.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

Não será necessário validação do currículo Lattes pelo coordenador do curso, nem a indicação do mesmo ou da DENEFONO/CAS/DAS para participação nas oficinas.

4.3. SELEÇÃO:

Análise da Narrativa da trajetória na Fonoaudiologia – pontuação máxima: 40 pontos.

Avaliação da capacidade analítica e reflexiva do candidato sobre os motivos que levaram a se interessar pela oficina e uma avaliação sobre a política de recursos humanos para o SUS, integralidade da atenção à saúde e o projeto pedagógico na perspectiva das políticas públicas

Análise do currículo modelo ou Lattes ou site – pontuação máxima: 60 pontos.

Avaliação da documentação enviada.

Participação percentual dos critérios de seleção

Critérios de Desclassificação

Será considerado desclassificado o candidato que deixar de cumprir ou atender qualquer um dos itens e respectivos subitens listados nos requisitos para inscrição.

Critérios de desempate

Será favorecido o candidato que:

- 1º Atue em cursos de graduação em atividades de estágio e ensino de disciplinas práticas;
- 2º Obtenha maior pontuação na análise do currículo;
- 3º Participe de eventos que discutam o ensino de Fonoaudiologia e ou participe de instância colegiada na gestão acadêmica e ou defesa profissional;
- 4º Tenha maior carga horária de trabalho dedicada à instituição de origem.

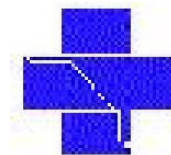
4.4. Resultados da seleção

A Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, por meio da comissão de seleção específica, responsabilizasse pela **seleção** e **divulgação** da lista de candidatos selecionados, por meio eletrônico, no site **www.cpqam.fiocruz.br/oficinasussbfa**, uma semana antes do encerramento das inscrições.

Cada candidato selecionado receberá mensagem eletrônica pelo e-mail fornecido na ficha de inscrição, Não caberá recurso ao processo seletivo e seus resultados.



**Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
SBFa**



**Sistema Único de Saúde
SUS**

II. REGIMENTO ELEITORAL

Art. 1. As instituições participantes das oficinas regionais, representados pelos seus inscritos, escolherão os delegados para participação da oficina nacional.

Art. 2. A oficina nacional terá 120 vagas, sendo 97 para docentes/ preceptor e 23 para discentes.

Art. 3. A escolha dos delegados ocorrerão no horário definido na programação do evento, divulgado desde o primeiro dia de oficina.

Art. 4. As vagas serão distribuídas por instituição, respeitando a proporcionalidade de docentes/preceptores (80%) e discentes (20%).

Art. 5. Só serão elegíveis os participantes com 2/3 de freqüência na Oficina e presentes no dia e horário referidos no Art. 3.

Art. 6 A inscrição dos candidatos a delegados, deverá ocorrer no grupo que representa cada instituição, respeitando a cota de vagas para docentes/ preceptores e discentes, definidas a partir da proporcionalidade de participantes com 66,6% de freqüência por IES.

Art. 7. A escolha dos delegados ocorrerá nos grupos representativos de cada IES, informando para comissão eleitoral, a lista de candidatos por condição (docente e discentes) e situação (titular e suplente).

Art. 8. Cada oficina regional disporá de 20% do total de vagas preenchidas para cada região.

Art. 9. O processo de escolha dos candidatos a delegados será coordenado por cada IES presente, indicando apenas uma lista de consenso.

Art. 10. Será garantida a escolha de um suplente para cada titular, que será credenciado por solicitação deste, até 24 horas antes da oficina nacional, com uma justificativa.

Art. 11. No caso de IES com menos de 5 inscritos, o candidato terá que se agregar a outras instituições com a mesma situação, para que saia um único escolhido a delegado. Neste caso, o grupo indicará um docente/preceptor ou discente.

Art. 12. A comissão eleitoral será designada pela coordenação nacional das oficinas, indicado entre os participantes presentes no dia e hora que refere o Art. 3.

Art. 13. A comissão eleitoral será constituída de 3 membros, sendo 1 representante da coordenação regional, 1 representante os docentes/preceptores e 1 representante dos discentes.

Art. 14. Os recursos apresentados e os casos omissos serão julgados pela comissão eleitoral.